

# MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A.

CNPJ 05.304.876/0001-45

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. A MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A. encerrou o exercício de 2011 com R\$ 98,4 milhões de prêmios emitidos no segmento de vida; R\$ 25,8 milhões de rendas de contribuições e prêmios de VGBL; índice de sinistros de 74,1% (42,5% em 2010), calculado sobre prêmios ganhos; despesas comerciais totais de 6,59% (5,1% em 2010) sobre o montante de prêmios ganhos e receitas de contribuição e prêmios. Em 2011 a Seguradora apresentou lucro líquido de R\$ 22,1 milhões.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2011	2010
<b>Circulante</b>		<b>466.984</b>	<b>905.090</b>
<b>Disponível</b>		<b>4.634</b>	<b>614</b>
Caixa e bancos		4.634	614
<b>Aplicações</b>	5	<b>457.933</b>	<b>863.167</b>
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>702</b>	<b>33.993</b>
Prêmios a receber	7	—	32.137
Outros créditos operacionais		702	1.856
<b>Créditos das operações com previdência complementar</b>		<b>26</b>	<b>34</b>
Valores a receber		26	34
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>3.680</b>	<b>5.000</b>
Títulos e créditos a receber		2.125	3.358
Créditos tributários e previdenciários	8	1.265	367
Outros créditos		290	775
<b>Outros valores e bens</b>		<b>8</b>	<b>46</b>
Outros valores		8	46
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>1</b>	<b>67</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>		<b>—</b>	<b>2.160</b>
Seguros		—	2.160
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas</b>		<b>—</b>	<b>9</b>
<b>Ativo não circulante</b>		<b>3.023</b>	<b>116.542</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>2.696</b>	<b>113.099</b>
<b>Aplicações</b>	5	<b>100,237</b>	<b>100,237</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>2.696</b>	<b>4.298</b>
Créditos tributários e previdenciários	8	847	2.489
Depósitos judiciais e fiscais		1.849	1.809
<b>Custo de aquisição diferido</b>		<b>—</b>	<b>8.564</b>
<b>Investimento</b>		<b>213</b>	<b>185</b>
Participações societárias		213	185
<b>Imobilizado</b>		<b>114</b>	<b>2.094</b>
Bens móveis		91	1.776
Outras imobilizações		23	318
<b>Intangível</b>		<b>—</b>	<b>1.164</b>
Outros intangíveis		—	1.164
<b>Total</b>		<b>470.007</b>	<b>1.021.632</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Em atendimento à Circular SUSEP 424/2011, a Seguradora declara deter, na categoria "disponíveis para negociação", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 457,9 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos. Os Grupos MAPFRE e Banco do Brasil celebraram Acordo de Parceria para a formação de aliança estratégica nos segmentos de seguros de pessoas, ramos elementares e veículos, pelo prazo de 20 anos. A operacionalização dessa parceria requereu a reorganização societária e operacional no Grupo MAPFRE, aprovada previamente pela SUSEP em 28 de dezembro de 2010, por meio das cartas SUSEP/SEGER nºs 121 e 122 de 2010. Neste contexto, as operações da Seguradora, nos segmentos de seguros de pessoas, foram transferidas em março de 2011 para a Vida Seguradora S.A.. Em 30 de junho de 2011, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias para a criação de duas sociedades *holdings*, BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola e

MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola, através das quais se estabeleceu a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL MAPFRE. Em 19 de dezembro de 2011 foi assinado o contrato de compra e venda das ações da Seguradora, entre MAPFRE Brasil Participações S.A. e BB Seguros Participações S.A., ambas acionistas, e BRASILPREV Seguros e Previdência S.A., para qual a liquidação financeira aguarda a aprovação definitiva da SUSEP. Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2012.

A Administração

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2011	2010
Prêmios emitidos líquidos	19	98.497	167.226
(+) Contribuições para cobertura de riscos		762	975
(+/-) Variações de provisões técnicas de prêmios		(43.551)	98.643
<b>(=) Prêmios ganhos</b>		<b>55.708</b>	<b>266.635</b>
(-) Sinistros ocorridos	19	(41.278)	(113.278)
(-) Custos de aquisição		(5.066)	(15.075)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais		(3.758)	(4.270)
(+) Rendas de contribuições e prêmios	19	76.790	116.701
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder	19	(51.741)	(82.150)
<b>(=) Receitas de contribuições e prêmios VGBL</b>		<b>19</b>	<b>34.551</b>
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas	19	3.396	3.376
(-) Variação de outras provisões técnicas	19	(3.694)	(2.456)
(-) Custos de aquisição	19	(2.58)	(2.93)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	19	7.688	7.614
(+/-) Resultado com resseguro		(43)	(616)
(-) Despesas com resseguro		(43)	(616)
(-) Despesas administrativas	19	(13.234)	(32.048)
(-) Despesas com tributos	19	(4.236)	(12.744)
(+) Resultado financeiro	19	13.716	47.843
(+) Resultado patrimonial		2	—
<b>(=) Resultado operacional</b>		<b>33.992</b>	<b>179.239</b>
(+/-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		—	60
<b>(=) Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>33.992</b>	<b>179.299</b>
(-) Imposto de renda	20	(7.480)	(43.553)
(-) Contribuição social	20	(4.466)	(27.106)
(-) Participações sobre o resultado		56	(712)
<b>(=) Lucro líquido do exercício</b>		<b>22.102</b>	<b>107.928</b>
<b>(/) Quantidade de ações</b>		<b>6.000.000</b>	<b>20.000.000</b>
(=) Lucro Líquido por ação		3,68	5,40

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Atividades operacionais	2011	2010
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	62.539	176.772
Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros)	3.154	—
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(92.034)	(89.714)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(43)	(258)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	—	(9.204)
Pagamentos de despesas e obrigações	(8.289)	(15.466)
Constituição de depósitos judiciais	(1.226)	(348)
Resgates de depósitos judiciais	—	92
Pagamentos de participações nos resultados	(1.275)	(852)
<b>Caixa gerado/(consumido) pelas operações</b>	<b>(37.174)</b>	<b>61.022</b>
Impostos e contribuições pagos	(67.243)	(71.656)
Investimentos financeiros:		
Aplicações	(237.798)	(92.857)
Vendas e resgates	346.325	139.000
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>4.110</b>	<b>35.509</b>

Atividades de investimentos	2011	2010
Pagamento pela compra de ativo permanente:		
Imobilizado	(227)	(339)
Intangível	—	(438)
Recebimento pela venda de ativo permanente:		
Intangível	137	—
<b>Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento</b>	<b>(90)</b>	<b>(777)</b>

Atividades de financiamento	2011	2010
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	—	(34.000)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>—</b>	<b>(34.000)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.020</b>	<b>732</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	614	147
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.634	879
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.020</b>	<b>732</b>

Reconciliação entre o lucro líquido e fluxo de caixa líquida das atividades operacionais	2011	2010
Lucro líquido do exercício	22.102	107.928
Depreciações e amortizações	347	1.170
Lucro ou prejuízo na venda de investimentos ou imobilizado	2.867	542
Variação aplicações	505.471	(9.789)
Variação dos créditos das operações	33.299	12.431
Variação de títulos e créditos a receber	2.922	(2.874)
Variação de outros valores e bens	38	35
Variação das despesas antecipadas	66	101
Variação dos custos de aquisição diferidos	10.724	7.340
Variação de contas a pagar	(52.206)	(37.773)
Variação de débitos de operações com seguros e resseguros	(1.162)	(3.839)
Variação de depósitos de terceiros	(893)	(1.759)
Variação de provisões técnicas - seguros e resseguros	(312.243)	(72.344)
Variação de outros passivos contingentes	1.160	340
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	—	34.000
Redução de Capital por Cisão	(193.881)	—
Cisão dos Lucros de Janeiro a Fevereiro	(14.501)	—
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.110	35.509
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.110	35.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

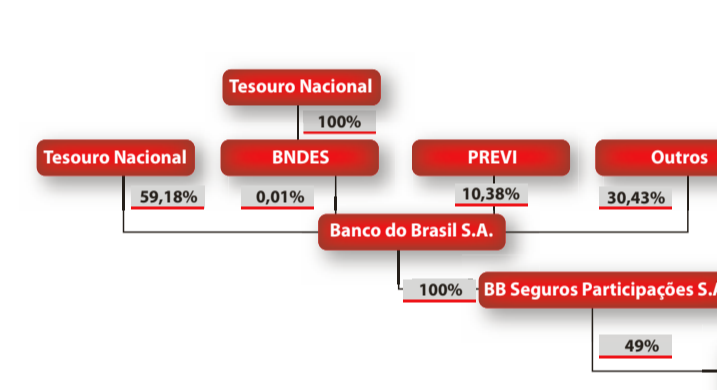
	Capital social	Redução de capital em aprovação	Reserva estatutária	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	50.000	—	40.953	10.000	—	100.953
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	107.928	107.928
Distribuição do lucro líquido do exercício:						
Constituição de reserva para futuro aumento de capital	—	—	—	—	(107.928)	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	50.000	—	148.881	10.000	—	208.881
Redução de capital - AGE 28 de fevereiro de 2011	—	(35.000)	—	—	—	(35.000)
Cisão de reserva - AGE 28 de fevereiro de 2011	—	—	(148.881)	(10.000)	—	(158.881)
Cisão dos Lucros de janeiro e fevereiro de 2011	—	—	—	—	(14.501)	(14.501)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	22.102	22.102
Constituição de reserva legal	—	—	—	1.105	(1.105)	—
Constituição de reserva para futuro aumento de capital	—	—	6.496	—	(6.496)	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	50.000	(35.000)	6.496	1.105	—	22.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
A MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A. ("Seguradora") é uma sociedade de capital fechado, que tem como objetivo social operar em ramos de seguros de pessoas e de planos de benefício de previdência complementar aberta no território nacional. A Seguradora, sob o CNPJ 05.304.876/0001-45, possui sua sede administrativa localizada à Av. das Nações Unidas, 11.711 21ª andar, Brooklin, São Paulo - SP. Em 5 de maio de 2010 o Grupo MAPFRE firmou o Acordo de Parceria com o Banco do Brasil para atuação conjunta no mercado segurador nos segmentos de pessoas, ramos elementares e automóvel. A operacionalização dessa parceria requereu a reorganização societária da área de seguros do Grupo MAPFRE, no qual se inclui esta seguradora. Em 28 de dezembro de 2010, a SUSEP aprovou previamente a reorganização operacional e societária por meio das cartas SUSEP/SEGER nº 121 e 122 de 2010, conforme nota 21. As operações da

MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A., nos segmentos de seguros de pessoas, foram transferidas em março de 2011 para a Vida Seguradora S.A. Os atos societários para operacionalização da parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE foram concluídos em 30 de junho de 2011, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas sociedades *holdings*: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola. Em 19 de dezembro de 2011 foi assinado o contrato de compra e venda das ações da Seguradora, entre MAPFRE Brasil Participações S.A. e BB Seguros Participações S.A., ambas acionistas, e BRASILPREV Seguros e Previdência S.A., para o qual a liquidação financeira aguarda a aprovação definitiva da SUSEP.



**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**a) Declaração de conformidade:** Em 29 de abril de 2011, a SUSEP emitiu a Circular nº 424 que dispõe sobre as alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2010. Essa circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e revoga as Circulares SUSEP nºs 379/08, 385/09, 406/09 e 408/10. Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 424/11 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". Este é o primeiro ano da aplicação integral dos CPCs homologados pela SUSEP. As isenções adotadas e exceções obrigatórias estão relacionadas na nota explicativa 22. A Seguradora não apurou ajustes relativos aos efeitos da transição das práticas contábeis anteriormente previstas na Circular SUSEP nº 379/08 para a Circular SUSEP nº 424/11. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2012.  
**b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2010, conforme Circular nº 424, de 29 de abril de 2011. Em atendimento à esta legislação foram reclassificados os seguintes grupos: i) operações com resseguradoras (ativo) e receitas de comercialização diferidas (passivo) para ativos de resseguros provisões técnicas; ii) operações de comercialização diferidas (passivo) para custos de aquisição diferidos - resseguros (ativo); iii) receitas de resseguros (resultado) para resultado com resseguro; e iv) custo de emissão de apólice (outras receitas e despesas operacionais) para receita com emissão de apólice.  
**c) Continuidade:** A Administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e está convencida de que a Seguradora possui recursos para dar continuidade à seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas nesse sentido.  
**d) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; (iii) provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **e) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. A Seguradora não possui ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira na data do fechamento do balanço.  
**f) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3b Ativos financeiros;
- Nota 3b Provisões técnicas;
- Nota 3b Teste de adequação dos passivos;
- Nota 7 Prêmios a receber (no que se refere a provisão para risco de crédito); e
- Nota 16 Provisões judiciais.

**g) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem as seguintes premissas: • espera-se que seja realizado, ou pretensão de que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da entidade; • está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e • espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados nas demonstrações financeiras.  
**a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa que possuem vencimento de curtíssimo prazo e liquidez imediata. **b) Ativos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) (designados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento, (iii) disponíveis para venda e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. *i. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:* Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros classificados a valor justo são as operações com derivativos que não são objeto de hedge, quando estes apresentam ganhos, e caixa e equivalentes de caixa. *ii. Ativos mantidos até o vencimento:* Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Seguradora tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. *iii. Empréstimos (concedidos) e recebíveis:* Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. A Seguradora possui as contas a receber líquidas e outros créditos classificados nessa categoria. *iv. Ativos disponíveis para venda:* Ativos financeiros são aqueles instrumentos financeiros não derivativos que são designados nesta categoria ou que não são classificados em nenhuma das demais categorias. Na data de cada balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento liquidado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial enquanto o ativo não for realizado, sendo classificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários. **c) Instrumentos financeiros derivativos e derivativos embutidos:** Contratos de investimentos. A Seguradora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos e as variações dos preços de soja e dólar associados às emissões de prêmios dos produtos do ramo de agronegócio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBOvespa. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Contratos de seguros: Quando um derivativo embutido é identificado a Seguradora deve analisar se o instrumento principal é avaliado ao valor justo de mercado (onde o instrumento financeiro derivativo não é bifurcado e contabilizado separadamente ao valor justo de mercado nas demonstrações financeiras). A Seguradora efetua uma análise dos contratos de seguro e contratos de resseguro para avaliação da existência de derivativos embutidos. Nenhum derivativo embutido foi identificado. **d) Redução do valor recuperável:**

**i. Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada de forma coletiva, sendo determinada com base em critérios que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber oriundos de contratos de seguros dos últimos 24 meses. Para a referida provisão não é considerado nenhum componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais. **ii. Ativos não financeiros:** Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por recuperabilidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico. O custo anteriormente registrado foi utilizado como custo atribuído na adoção das normas homologadas pelo CPC como isenção opcional permitida pelo CPC 37 para a primeira adoção. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos, cujo ativo não é depreciado) até a data de cada fechamento. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou "parte" de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Seguradora estão divulgadas na nota 8. O valor residual dos ativos, a vida útil e eles atribuída e os métodos de depreciação dos ativos são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. A Administração da Seguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis adotadas pela Lei 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. **f) Ativos intangíveis:** Gastos de desenvolvimento interno de sistema, incluindo o custo de mão de obra direta, são reconhecidos como ativo intangível somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e existir ainda a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento desse sistema. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos. A Seguradora adquiriu certos direitos de comercialização de seus produtos em diversos canais de vendas nas atividades comerciais de varejo. O valor pago por esses direitos, acrescido dos custos diretos incrementais da transação foram contabilizados como ativo intangível de vida útil definida e amortizado pelo prazo contratual segundo o CPC 1. Adicionalmente, foi realizada a análise de recuperabilidade dos montantes registrados e nenhum ajuste foi identificado. **g) Custos de aquisição diferidos:** Compreende as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. **h) Provisões técnicas - seguros e previdência:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP, assim resumidas: **i) Seguros:** A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio retido correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" e atualizada monetariamente, quando aplicável. A provisão de prêmios não ganhos vigentes mas não emitidos é calculada segundo

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

As taxas e premissas utilizadas no teste foram:

Premissas	Descrição
Taxa de juros contratada para ativos e passivos	Produtos sem garantia de juros
Taxa de juros esperada para ativos e passivos	Produtos sem garantia de juros
Taxa de desconto	Cupom de IGP-M
Tábuas - planos de previdência	BR-EMSm1

**l) Resseguro:** Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguro é efetuada no curso normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As operações de resseguro mantidas com o IRB Brasil Resseguros S.A. (IRB) são classificadas com base nos movimentos operacionais e financeiros enviados pelo IRB e as operações mantidas com outras seguradoras são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelas seguradoras. O diferimento dos prêmios de resseguro cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado. Os valores a receber relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de seguradoras relacionadas com valores a serem ressarçados, nos termos dos contratos de transferência de riscos e as parcelas das seguradoras nas provisões técnicas constituídas. Os valores a pagar às seguradoras, são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **m) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros:** Compreende substancialmente as despesas com apólices e contratos e são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas. **n) Passivos financeiros:** Compreende substancialmente fornecedores, contas a pagar, e as contas que compõem o grupo "débitos com operações de seguros" que são reconhecidas inicialmente ao valor justo. **o) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja recebido em troca da obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas nas Cartas Circulares SUSEP/DECON/GAB nº 15/06 e 17/06. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com provabilidade de não ser provável são apenas divulgados. **p) Benefícios aos empregados: Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. **Obrigações por aposentadorias:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Seguradora paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso a MAPFRE Vida S.A. - em aprovação (anteriormente denominada MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência S.A.), e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores, no resultado do exercício à medida que são incorridos. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado corrente e diferido, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impostos correntes), mensurado pelas alíquotas vigentes aplicadas sobre prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis e quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

## 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco de seguro
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento e na execução de estratégias de maximização de recursos e minimização de perdas. A Seguradora conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais como COSO II-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas mundiais do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e **Compliance** (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas e omissões que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade (**compliance**) são elaborados planos de ação específicos. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a Empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de VAR, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de auto avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. Para assegurar a unidade do processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês: **Comitê Financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos de finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comitê de Auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controle interno, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e recomendar ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê Executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação de informações, a gestão da conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta administração, respeita as alcances definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre e respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **a) Risco de Seguro:** A Seguradora define o risco de seguro como o risco transferido para terceiros pelo contrato de seguro. Para assegurar a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra, constituiam-se os seguintes comitês: **Comitê Financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos de finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comitê de Auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controle interno, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e recomendar ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê Executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação de informações, a gestão da conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta administração, respeita as alcances definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre e respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **a) Risco de Seguro:** A Seguradora define o risco de seguro como o risco transferido para terceiros pelo contrato de seguro. Para assegurar a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra, constituiam-se os seguintes comitês: **Comitê Financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos de finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comitê de Auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controle interno, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e recomendar ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê Executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação de informações, a gestão da conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta administração, respeita as alcances definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre e respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Região geográfica	DPVAT	%	VGBL	2011		%	Total	%
				Vida	Total			
Centro Oeste	719	3%			719		1%	
Nordeste	1.433	7%			1.433		1%	
Norte	462	2%			462		0%	
Sudeste	16.862	80%	28.462	100%	61.327	100%	96%	2%
	1.539	8%			1.539		2%	
	<b>21.015</b>	<b>100%</b>	<b>28.462</b>	<b>100%</b>	<b>61.327</b>	<b>100%</b>	<b>110.804</b>	<b>100%</b>

Região geográfica	DPVAT	%	VGBL	2010		%	Total	%
				Vida	Total			
Centro Oeste								
Nordeste								
Norte	35.591	100%	103.416	100%	223.832	100%	362.839	100%
Sudeste								
	<b>35.591</b>	<b>100%</b>	<b>103.416</b>	<b>100%</b>	<b>223.832</b>	<b>100%</b>	<b>362.839</b>	<b>100%</b>

**Sensibilidade do risco do negócio:** O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros bem como a inadequação em relação à estimativa das provisões técnicas. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foi considerada na análise de sensibilidade a Provisão Técnica de Insuficiência de Contribuições - PIC - para o risco do cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBAC - e Concedidos - PMBC - de previdência. Para isto foram simulados cenários, conforme descrito abaixo, e como estes cenários afetariam o resultado e o patrimônio líquido apresentados nesta demonstração financeira: (a) Provisões Técnicas: recálculo do saldo das provisões técnicas com alteração nas principais premissas utilizadas no cálculo: 1) PIC: o cálculo desta provisão é afetado principalmente pelas premissas de mortalidade e taxa de juros, desta forma para esta análise foram feitas duas alterações nas premissas utilizadas para o cálculo desta provisão: i) suavização de 10% na tábuas de mortalidade; ii) redução de 1% na taxa de juros anual. (b) Taxa de Juros: rendimento financeiro com uma redução de 1% na taxa de juros. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são: Em reais mil:

Fator de Risco	Sensibilidade	dez/11	
		PL	Resultado
Alteração das principais premissas			
a. Provisões Técnicas	total	(12.900)	(12.900)
a1. IBNR	Aumento	(8.639)	(8.639)
a2. PIP de longo prazo	Aumento	N/A	N/A
	Redução	N/A	N/A
b) Risco de crédito:	Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivo que compartilham riscos similares levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode ser materializado substancialmente, por meio dos seguintes fatos: a) Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; b) Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; c) Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e d) Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cossseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. <b>Exposição ao risco de crédito de seguro:</b> A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está sujeita a concentrações de risco com seguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de seguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. Existem algumas operações com a Resseguradora do Grupo MAPFRE. <b>Gerenciamento do Risco de Crédito:</b> Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. A política financeira prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A"		

para alocação, conforme demonstrado a seguir. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por Seguradoras avaliadoras de riscos, tais como Standard & Poor's e Moody's. As diretrizes de resseguro também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros, e são determinadas através de norma interna. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.

## Rating da carteira de aplicações

Títulos	2011		2010	
	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
<b>I. Ativos designados pelo valor justo por meio de resultado</b>	<b>457.933</b>	<b>863.167</b>		
AAA	34.633	162.190		
AA	423.300	700.977		
<b>III. Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>-</b>	<b>100.237</b>		
AAA	-	100.237		
<b>Total geral</b>	<b>457.933</b>	<b>963.404</b>		

**O Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos financeiros para investir na operação ou honrar seus compromissos. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Exposição ao risco de liquidez: O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. Gerenciamento do risco de liquidez: O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Gerência Financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. O Grupo monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Apresentamos na nota explicativa 5 a composição dos ativos financeiros por prazo e por título. **d) Risco de mercado:** A MAPFRE adota políticas rígidas de controle e estratégias previamente estabelecidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e pelo Conselho de Administração, que permitem reduzir sua exposição aos riscos de mercado. As operações são controladas com as ferramentas *Stress Testing* e *Value At Risk* e, posteriormente, confrontadas com a política de controle de risco adotada, de *Stop Loss*. Além disso, apenas 5% dos recursos podem ser aplicados em papéis com riscos. **Sensibilidade e Taxa de Juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas do Grupo. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, o Grupo não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, diante disto, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível à variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatá-los antes do seu vencimento. Para elaboração da análise de sensibilidade foram considerados os ativos financeiros existentes na data base do balanço.

Fator de Risco	Impacto no Patrimônio Líquido	
	2011	2010
<b>Taxa de Juros</b>		
Elevação da taxa de juros	(822)	(1.321)
Redução da taxa de juros	825	1.328

**Riscos operacionais:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infra-estrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Na Seguradora, a gestão dos riscos operacionais é realizada com foco na identificação, avaliação e resposta às ameaças, externas e internas, aos objetivos estratégicos e às operações. Dessa forma, a Seguradora mantém atualizadas as atividades de controle de prevenção de riscos não aceitos e de detecção de riscos residuais. Todo o processo de avaliação de riscos operacionais é desenvolvido pela área de Controles Internos Corporativos, que segue as orientações da *holding* espanhola, mas atua de forma independente no Brasil. A partir de um aplicativo exclusivo denominado RiskM@p, cerca de 600 fatores de risco são previamente identificados, distribuídos por tipos de risco, por áreas de risco e por processos e subprocessos operacionais. Cada um dos fatores de risco é avaliado periodicamente pela maioria dos gestores, por meio de um processo de *control-self assessment*, que resulta em mapas de risco que permitem visualizar variáveis como probabilidade de ocorrência, importância relativa e grau de controle de cada risco avaliado. A partir daí, são estabelecidas ações para manter em equilíbrio os níveis das três variáveis, estabelecidos em cinco graus (de muito baixo a muito alto). Além de serem obtidos por tipo de risco, por processo ou por subprocesso, os mapas de risco também podem ser visualizados desde um setor de negócio (Automóvel, Vida, Ramos Elementares, Garantia, Previdência, etc.), de uma atividade de *back-office* (Recursos Humanos, Jurídico, Controladoria, Investimentos, etc.) ou até de uma posição consolidada do Grupo, passando em cada uma das empresas que o compõem. **Gestão de Capital:** O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

## 5. APLICAÇÕES

Títulos	2011		2010	
	Valor Contábil	%	Valor Contábil	%
<b>I. Ativos designados pelo valor justo por meio de resultado</b>	<b>457.933</b>	<b>100</b>	<b>863.167</b>	<b>100</b>
<b>Carteira própria</b>				
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	34.633	7,6	25.020	2,90
<b>Fundos Exclusivos</b>				
Letras financeiras do tesouro	-	-	127.447	14,77
Notas do tesouro nacional	-	-	36.511	4,23
Operações compromissadas	-	-	95.807	11,10
Opções de futuros (nota 6)	-	-	29	0,00
Over	-	-	31.419	3,64
Títulos da dívida agrária	-	-	122.861	14,23
Swap (nota 6)	-	-	136	0,02
Fundos de investimentos - abertos/outs	20.033	4,4	28	0,00
Quotas e fundos especialmente constituídos - VGBL	271.611	59,3	290.839	33,70
Quotas e fundos especialmente constituídos - PGBL	131.656	28,8	133.070	15,42
<b>III. Ativos mantidos até o vencimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>100.237</b>	<b>100</b>
<b>Fundos exclusivos</b>				
Notas do tesouro nacional	-	-	100.237	100
<b>Total geral</b>	<b>457.933</b>		<b>963.404</b>	

Saldo em 31 de dezembro de 2010	2011	
	Valor Contábil	Valor Contábil
Aplicações	237.798	
Resgates	(790.254)	
Rendimentos	46.985	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>457.933</b>	

a) Composição por prazo e por título: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo e por título. Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

## 9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Empresas	2011		2010	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	2.899
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	-	-	1.019	-
Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A.	50	2.101	1.364	-
MAPFRE Capitalização S.A.	-	-	29	278
MAPFRE Seguradora de Garantias e Crédito S.A.	47	14.937	-	-
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	-	1.164	9.540	829
MAPFRE Vida S.A.	74	-	-	13
Vera Cruz Con. Adm. Fundos S/C Ltda.	-	194	-	-
Vida Seguradora S.A.	171	1.359	26.578	2.101

a) Conforme acordo operacional firmado entre os acionistas, a Seguradora utiliza estrutura administrativa operacional comum, sendo que em conjunto com as empresas do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE compartilha: serviços de contabilidade, gestão de recursos humanos, jurídico corporativo, auditoria interna e **compliance**, administração geral e sistemas de gestão operacional de seguros de vida. As despesas incorridas com essa estrutura são rateadas com base no esforço empregado por área de cada empresa. b) O Banco do Brasil presta os serviços de custódia e liquidação dos títulos e valores mobiliários (Balcão Organizado de Ativos e Derivativos - CETIP). As transações com empresas relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado, no tocante a preços, prazos e taxas contratadas. c) Remuneração do pessoal chave da administração: É estabelecido anualmente por meio da Assembleia Geral Ordinária o montante global anual da remuneração dos administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração aos membros do próprio Conselho, Conselho Fiscal e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. A Seguradora não possui beneficiários de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Outras informações: Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras, entidade de previdência e sociedades de capitalização não é permitido ceder ou tomar empréstimos ou adiantamentos para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria seguradora, quaisquer diretores ou administradores da própria Seguradora, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Seguradora empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares. Participação acionária: Os membros do Conselho de Administração não possuem individualmente ou em conjunto participação acionária na Seguradora em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

## 10. IMOBILIZADO

O montante registrado nesse grupo contábil é composto de apenas saldos provenientes da operação do Convênio DPVAT.

## 11. DETALHAMENTO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Provisões Técnicas - Seguros	2010	Reversões	Constituições	2011
Provisão de prêmios não ganhos (PNEG + PRVNE)	212.159	(212.161)	2	-
Provisão de sinistros a liquidar	53.876	(39.385)	8.687	23.178
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	20.783	(19.194)	9.888	11.477
<b>Total das Provisões Técnicas</b>	<b>286.818</b>	<b>(270.740)</b>	<b>18.577</b>	<b>34.655</b>
Provisões Técnicas - Previdência complementar	2010	Reversões	Constituições	2011
Provisão matemática de benefícios a conceder	423.907	(77.240)	56.598	403.267
Provisão matemática de benefícios concedidos	480	-	246	726
Provisão de benefícios regularizar	26.000	(34.225)	8.286	61
Provisão de excedente financeiro	-	-	3	3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Principais ramos de atuação

Ramos de atuação	Percentual					
	Prêmios Ganhos		Sinistralidade		Despesas (receitas) de comercialização	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Prestamista	15.555	115.432	29,5%	35,0%	5,3%	6,1%
Vida individual	537	101.962	711,9%	41,2%	546,2%	5,5%
DPVAT	37.159	30.163	87,0%	87,0%	1,5%	1,4%
Acidentes pessoais coletivos	694	9.178	-2,4%	9,8%	4,6%	4,7%
Demais ramos	1.763	9.900	30,3%	37,0%	41,5%	15,5%
	<b>55.708</b>	<b>266.635</b>	<b>74,1%</b>	<b>42,5%</b>	<b>9,1%</b>	<b>5,7%</b>
					<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>b) Prêmios emitidos líquidos</b>					<b>98.497</b>	<b>167.226</b>
Prêmios diretos					98.528	169.191
Prêmios - riscos vigentes não emitidos					(31)	(1.965)
<b>c) Sinistros ocorridos</b>					<b>(41.278)</b>	<b>(113.278)</b>
Indenizações avisadas					(37.226)	(106.436)
Despesas com sinistros					(2.860)	(3.138)
Serviços de assistência					(117)	(750)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados					(1.075)	(2.954)
<b>d) Custo de aquisição</b>					<b>(5.324)</b>	<b>(15.368)</b>
Comissões					(545)	(278)
Outras despesas de comercialização					(3.744)	(7.750)
Planos de renda					(70)	-
Despesas de custeamento de vendas					(188)	-
Variação das despesas de comercialização diferidas					(777)	(7.340)
<b>e) Outras receitas e despesas operacionais</b>					<b>3.930</b>	<b>3.344</b>
Outras receitas operacionais					10.320	9.949
Outras despesas operacionais					(6.390)	(6.605)
<b>f) Despesas administrativas</b>					<b>(13.234)</b>	<b>(32.048)</b>
Pessoal próprio					(4.854)	(10.575)
Serviços de terceiros					(6.669)	(12.021)
Localização e funcionamento					(1.322)	(2.797)
Publicidade e propaganda					(289)	(3.617)
Outras despesas administrativas					(100)	(3.038)
<b>g) Despesas com tributos</b>					<b>(4.236)</b>	<b>(12.744)</b>
Cofins					(2.722)	(9.825)
PIIS					(443)	(1.609)
Taxa de fiscalização					(415)	(472)
Outras despesas com tributos					(656)	(838)
<b>h) Resultado financeiro</b>					<b>13.716</b>	<b>47.843</b>
Receitas com títulos de renda fixa públicas					46.985	73.790
Receitas financeiras com operações de seguros					3.637	2.294
Outras receitas financeiras					21	-
Despesas financeiras com operações de seguros/prev.					(32.948)	(25.904)
Despesas financeiras - DPVAT					(3.656)	(2.295)
Outras despesas financeiras					(323)	(42)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Lucro antes dos impostos e após participações</b>	<b>34.048</b>	<b>34.048</b>	<b>178.527</b>	<b>178.527</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	8.488	5.107	44.800	26.895
Remuneração do capital próprio	-	-	(178)	(107)
Diferenças temporárias	(1.026)	(616)	188	113
Diferenças permanentes	261	32	462	277
Deduções incentivadas	(21)	-	(1.600)	-
<b>Imposto corrente</b>	<b>7.698</b>	<b>4.523</b>	<b>43.672</b>	<b>27.178</b>
Constituição de crédito tributário	1.026	616	(188)	(113)
Baixas Créditos Tributários (Cisão)	(1.244)	(673)	69	41
<b>Total</b>	<b>7.480</b>	<b>4.466</b>	<b>43.553</b>	<b>27.106</b>

21. CISÃO

Em 5 de maio de 2010 o Grupo MAPFRE firmou Acordo de parceria com o Banco do Brasil para atuação conjunta no mercado segurador nos segmentos de pessoas, ramos elementares e automóvel. A operacionalização dessa parceria requer a reorganização societária da área de seguros, da MAPFRE, no qual se inclui esta seguradora. Nesse contexto, as operações da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A., nos segmentos de seguros de pessoas, foram transferidas em março de 2011 para a Vida Seguradora S.A.. Em 28 de dezembro de 2010, a SUSEP aprovou previamente a reorganização operacional e societária por meio das cartas SUSEP/SEGER nº 121 e 122 de 2010. Os direitos e obrigações relacionados às transferências conforme contrato celebrado entre as partes são: a) Assumir as garantias previstas nas Condições Gerais, Especiais e Particulares das carteiras de seguros transferidas, estabelecer preços, avaliar riscos, fazer cotação, administrar e desempenhar todos os deveres de uma companhia seguradora, com relação ao seguro; b) Processar, ajustar, pagar ou recusar as indenizações previstas nas apólices/certificados individuais, de acordo com a legislação aplicável, e nos termos das Condições Gerais, Especiais e Particulares dos respectivos seguros; c) Prestar atendimento pós-venda ao cliente/segurado, mantendo serviço de atendimento ao cliente; d) Balanço dos valores cindidos

Ativo

	Cisão	
<b>Circulante</b>	<b>(429.993)</b>	
Disponível	<b>(344)</b>	
Caixa e bancos	(344)	
<b>Aplicações</b>	<b>(356.194)</b>	
Quotas de fundos de investimentos	(356.194)	
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>(71.637)</b>	
Prêmios a receber	(76.123)	
(-) Provisão para riscos de crédito	4.486	
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>(315)</b>	
Outros créditos	(315)	
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>(110)</b>	
Administrativas	(110)	
<b>Despesas de comercialização diferidas</b>	<b>(1.384)</b>	
Seguros e resseguros	(1.384)	
<b>Despesas de resseguro e retrocessões diferidas</b>	<b>(9)</b>	
Despesas de resseguro e retrocessões diferidas	(9)	
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>(108.776)</b>	
<b>Aplicações</b>	<b>(97.734)</b>	
Quotas de fundos de investimentos	(97.734)	
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>(2.478)</b>	
Créditos tributários e previdenciários	(1.429)	
Dépósitos judiciais e fiscais	(1.049)	
<b>Despesas de comercialização diferida</b>	<b>(8.564)</b>	
Seguros e resseguros	(8.564)	
<b>Permanente imobilizado</b>	<b>(2.917)</b>	
Bens móveis	(2.917)	
Outras imobilizações	(634)	
(-) Depreciação	1.487	
<b>Intangível</b>	<b>(1.045)</b>	
Outros intangíveis	(1.045)	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>(541.686)</b>	

Passivo

	Cisão
<b>Circulante</b>	<b>(161.825)</b>
<b>Contas a pagar</b>	<b>(279)</b>
Obrigações a pagar	(6)
Impostos e encargos sociais a recolher	(273)
<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>	<b>(3.857)</b>
Prêmios a restituir	(719)
Corretores de seguros e resseguros	(20)
Outros débitos operacionais	(3.118)
<b>Depósito de terceiros</b>	<b>(4.189)</b>
<b>Provisões técnicas - seguros e resseguros</b>	<b>(153.500)</b>
<b>Ramos elementares e vida em grupo</b>	<b>(68.318)</b>
Provisão de prêmios não ganhos	(25.928)
Provisão de sinistros a liquidar	(31.302)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(8.248)
Outras Provisões	(2.840)
<b>Vida Individual com cobertura e sobrevivência</b>	<b>(85.182)</b>
Provisão de riscos não expirados	(28.061)
Provisão eventos ocorridos mas não avisados	(10.186)
Provisão de benefícios a regularizar	(24.419)
Provisão de despesas administrativas	(22.516)
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>(171.480)</b>
<b>Provisões técnicas - Seguros</b>	<b>(171.480)</b>
<b>Ramos elementares de vida em grupo</b>	<b>(171.480)</b>
Provisão de prêmios não ganhos	(171.480)
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>(208.381)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>(541.686)</b>

22. ISENÇÕES ADOTADAS E EXCEÇÕES OBRIGATORIAS

Para os períodos anteriores, incluindo o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, as demonstrações financeiras foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09). A Seguradora adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC aprovados pela SUSEP no que não contrariem os requerimentos do órgão regulador, consequentemente, as demonstrações financeiras estão de acordo com as exigências da Autarquia. Abaixo listamos a exceção adotada pela Seguradora referente às isenções obrigatórias e opcionais a serem consideradas no primeiro ano de adoção das normas IFRS: Avaliação de contratos de seguros - a Companhia adotou os requerimentos do CPC 11 - "Contratos de Seguros", que permite a manutenção de certas práticas contábeis utilizadas anteriormente, após o cumprimento de certos requerimentos mínimos do CPC, tais como classificação de contratos e teste de adequação dos passivos ("Liability Adequacy Test" conforme definido no IFRS 4), obrigatórios para os contratos que atendem a definição de "contrato de seguro" tal como definido naquele pronunciamento. A Administração aplicou as disposições transitórias do CPC 11 para limitar aos últimos cinco anos as divulgações de informações sobre o desenvolvimento de sinistros. A adoção antecipada dos pronunciamentos internacionais ou a adoção de alternativas neles previstas está condicionada à aprovação prévia da SUSEP, por meio de ato normativo. Na data de emissão das demonstrações financeiras, a Seguradora decidiu não adotar de maneira antecipada as seguintes normas e interpretações que foram emitidas pelo IASB, mas que não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2011. É importante destacar que estas normas e interpretações não foram emitidas ainda pelo CPC e que consequentemente não se encontram aprovadas pela SUSEP: • IAS 12 (Revisada) "Imposto de renda"; em vigor para períodos que comecem em 01 de janeiro de 2012; • IFRS 7 (Revisada) "Instrumentos financeiros"; informações a divulgar em vigor para exercícios que comecem a partir de 01 de julho de 2011; • IFRS 9 (Revisada) "Instrumentos Financeiros"; em vigor para exercícios que comecem a partir de 01 de janeiro de 2013; • IAS 19 (Revisada) "Benefícios a empregados"; tendo vigência obrigatória para todos os exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013; • IFRS 10 "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013; • IFRS 11 "Operações conjuntas"; tendo sua vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013; • IFRS 12 "Informações a serem divulgadas sobre participações em outras sociedades"; tendo sua vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013; • IAS 27 (Revisada) "Demonstrações financeiras individuais"; tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013; • IAS 28 (Revisada) "Investimentos em associadas e combinação de negócios"; tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013; • IFRS 13 "Mensuração de valor justo"; tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013. A Seguradora não identificou ajustes no patrimônio líquido e resultado em decorrência das alterações promovidas pela Circular SUSEP nº 424/11.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

Conforma permite o artigo 14 da Resolução CNSP nº 118 de 22 de dezembro de 2004, o Comitê de Auditoria foi criado na seguradora líder, MAPFRE Seguros Gerais S.A., a qual publica o respectivo resumo do relatório em conjunto com suas demonstrações financeiras, que também referenda as operações da Seguradora.

Aos Senhores Administradores e Acionistas da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A..

1. Informamos que elaboramos a Avaliação Atuarial das Provisões Técnicas e dos demais aspectos atuariais da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A. com data base de 31 de dezembro de 2011, conforme estabelecido nas Circulares SUSEP nº 272/2004, 410/2010 e na Resolução CNSP nº 135/2005. A nossa responsabilidade é a de emitir um Parecer Atuarial sobre as provisões técnicas, limites de retenção e demais aspectos atuariais analisados na avaliação atuarial.

2. Todas as Provisões Técnicas registradas no balanço patrimonial da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A., referentes a 31 de dezembro de 2011, foram avaliadas, e correspondem à provisão de prêmios não ganhos, provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes mas não emitidos, provisão complementar de prêmios, provisões de riscos não expirados, provisão de riscos vigentes e não recebidos, provisão matemática de benefícios a conceder, provisão matemática de benefícios concedidos, provisão de

benefícios a regularizar, provisão de oscilação de risco, provisão de excedentes financeiros, provisão de excedentes técnicos, provisão de oscilação financeira, provisão de despesas administrativas, provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.

3. Como a comprovação de suficiência na Provisão de Prêmios Não Ganhos, não houve necessidade da constituição da Provisão de Insuficiência de Prêmios, e também não houve a necessidade de constituição da Provisão de Insuficiência de Contribuições, devido ao equilíbrio técnico-atuarial da carteira.

4. Nossa avaliação foi conduzida de acordo com as metodologias atuariais e estatísticas conhecidas e aplicáveis no Brasil, internacionalmente aceitas, e compreenderam em analisar a adequação das Provisões Técnicas constituídas e a movimentação da carteira por ramo de seguro. Assim, verificamos a precisão dos dados, a metodologia e consistência das Provisões Técnicas constituídas, bem como a movimentação na carteira por tipo de ramo de seguro, durante o período compreendido entre 01 de

janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

5. Com base nos estudos efetuados, as Provisões Técnicas acima referidas apresentam-se adequadas em todos os aspectos relevantes no que diz respeito às melhores práticas atuariais e estão refletidas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011, com valores consistentes.

6. Este Parecer é parte integrante do Relatório de Avaliação Atuarial.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2012.

**Marcos Eduardo dos Santos Ferreira**  
Diretor Responsável Técnico  
**Vera Lúcia Fernandes Lopes**  
Atuária Responsável Técnica - MIBA nº 817

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a

razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2012.

**ERNST & YOUNG TERCO**  
Quality In Everything We Do  
**ERNST & YOUNG TERCO**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

**Patrícia di Paula da Silva Paz**  
Contador CRC-1SP198827/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao encerramento de 31 de dezembro de 2011. Com base nos exames efetuados e considerando, ainda, o parecer dos Auditores Independentes, datado de 10 de fevereiro de 2012, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral de Acionistas.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2012.

**Carlos Alberto Landim**  
**Gueitiro Matsuo Genso**  
**Hideraldo Dwight Leitão**

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Presidente		Conselheiros	
<b>Wilson Toneto</b>		<b>Leonardo Giuberti Mattedi</b>	<b>Raphael de Luca Júnior</b>
		<b>Marco Antonio da Silva Barros</b>	<b>Ruy Martins Altenfelder Silva</b>

DIRETORIA

Diretor Presidente		Diretores		Contadora		Atuária	
<b>Marcos Eduardo dos Santos Ferreira</b>		<b>Eduardo Soares de Freitas</b>	<b>Felipe Costa da Silveira Nascimento</b>	<b>Simone Pieretti Gonçalves</b>		<b>Vera Lúcia Fernandes Lopes</b>	<b>Registro MIBA Nº 817</b>
				<b>CRC 1SP183717/O-5</b>			